TRABALHO COMO PRESSUPOSTO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

ASSUMPTION WORK AS FOR PROFESSIONAL EDUCATION

Fabíola Lima Escobar[1]
Maria Aparecida Silva[2]

RESUMO: A discussão sobre Educação Profissional nem sempre é feita de forma consistente por faltar o elemento primordial – o trabalho – tido, na maioria das vezes como algo dado, ou com a existência natural, portanto, negligenciada. Para produção desse artigo, foi feita uma revisão bibliográfica acerca do tema trabalho centralizando a divisão do trabalho e para isso utilizado alguns autores como forma de contextualizar a relação do trabalho e educação profissional. O objetivo desse trabalho é discutir a relação do trabalho e educação profissional. Para tanto, pergunta-se: a educação profissional percebe o trabalho como pressuposto para a formação? Essa contenda vem sendo feita há muito por educadores e pesquisadores da área, entretanto percebe-se ainda a visão do trabalho como individual e autossuficiente, não sendo percebido como algo que contribui para a história social. A manifestação das atividades dos indivíduos por meio do trabalho é algo que deveria pressupor a integração da política e da educação. Todavia, percebe-se uma predominância de atitudes pautadas no capital, onde a formação está ligada com as necessidades das Industrias. Ainda hoje, a sociedade está cindida em classe dominante e dominada, o que torna relevante a discussão sobre educação profissional para o surgimento cada vez maior de indivíduos com visão crítica de mundo que supere essa dicotomia, fazendo com que esse processo de formação seja além das demandas da produção de mercadorias, sendo uma atividade social transformadora.

Palavras-chave: Educação profissional. Educação. Trabalho.

ABSTRACT: The discussion for vocational education is not always done consistently for missing the key element - the work - had, for the most part as a given, or the natural existence therefore neglected. For production of this article was made a literature review about the work theme centering the division of labor and to use some authors to contextualize the relationship of labor and professional education. The aim of this paper is to discuss the relationship of labor and professional education. To do so, ask yourself vocational education perceive the work as a prerequisite for the formation? This feud has been made long by educators and researchers, but also realize it is the view of work as individual, self-sufficient and is not perceived as something that contributes to social history. The manifestation of the activities of individuals through work is something that should assume the integration of politics and education. However, a predominance of attitudes grounded in capital it can be seen, where the

[1]Bacharel em Enfermagem pela Universidade de Uberaba (2005) e especialização em Saúde Coletiva/Saúde Pública/Saúde da Família, pela Associação Educativa do Brasil - Matriz (2007). Atualmente é Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Membro de comitê assessor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e mestranda em Educação Tecnológica do CEFET/MG. *E-mail*: escobarxinha.fe@gmail.com.

[2] Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itajuba (1970), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Professora, Adjunto IV, aposentada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é Professora do Ensino Superior do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). *E-mail*: masilva988@hotmail.com.

training is linked to the needs of Industries. Today society is split into ruling and ruled class, which makes it important to discuss vocational education to the increasing emergence of individuals with critical view of the world to overcome this dichotomy, making this process of training is in addition to the demands commodity production, and a transformative social activity.

Keywords: Professional education. Education. Job.

1 Categoria trabalho

As pessoas são muito mais do que indivíduos "socialmente úteis" e que são preparadas (ou não) para fazerem parte da "população economicamente ativa". Falar em trabalho pressupõe considerar as pessoas como seres compostos de sensibilidade, criatividade, espiritualidade. Esse ser complexo – a pessoa – é dotada, para seu pleno desenvolvimento, da capacidade de trabalhar. O trabalho enquanto produção material da vida humana, portanto, é uma das manifestações da pessoa humana, que a utiliza para transformar a natureza em busca da satisfação das suas necessidades. O trabalho pode ser uma das vias para a realização da pessoa e independe do tipo de sociedade no qual se realiza:

> O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal eterna da vida humana e, portanto, independente e qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, p. 153).

No sentido ontológico, o trabalho é uma dimensão construtora, emancipadora; é parte do processo de constituição da sociabilidade humana; um processo de transformação da natureza pelo homem que também se transforma ao imprimir suas capacidades físicas e intelectuais na tentativa de dar utilidade aos recursos da natureza para a vida humana. O trabalho humano é consciente e proposital pois através dele o homem cria as condições de transformação da realidade e de sua autotransformação:

> Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p. 149-150).

No modo de produção capitalista, o trabalho é o centro, dimensão alienante e opressora. O trabalhador não tem condições de interferir sobre a dinâmica de seu trabalho e nem mesmo dominar o próprio processo de produção; o trabalho reduz-se a mais uma mercadoria, a ideia do trabalho abstrato:

> Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio. (MARX, 1980, p.132).

Devemos considerar que o trabalho também cria fatos, relações sociais, histórias, processos de mudança no mundo, novas técnicas, tecnologia. A formação para o trabalho, portanto, é muito mais que preparar para um ofício e a educação profissional carece enfrentar o desafio de realizar uma formação bem mais ampliada, desmistificando a consciência comum de trabalho alienado utilizando-o, portanto, como um elemento no processo de transformação não só do homem, como também da sociedade em geral.

1.1 Divisão do trabalho segundo Émile Dürkheim

Dürkheim (1978) considera a sociologia como uma ciência, pretendendo que a mesma seja tão exata quanto às ciências naturais. Dessa forma institui as regras do método sociológico estabelecendo uma base empírica; para ele a sociologia parte de um dado evidente, os fatos sociais são objetivos e exercem uma coerção sobre os indivíduos. Partindo da ideia de que os fenômenos sociais têm origem na coletividade, Émile Dürkheim compara a sociedade com um corpo vivo, assim cada órgão (fatos sociais) exerce sua função em prol da manutenção dos dados vitais do todo (a sociedade). Nesse sentido, a sociedade pode estar em seu estado normal, com todos os fatos sociais ocorrendo de modo regular, ou em seu estado patológico onde algum fato pode estar fora da ordem social devendo ser tratado para não perder a "homeostase" ou equilíbrio da sociedade.

Para Dürkheim (1978), uma sociedade coesa depende da maior ou menor divisão do trabalho que é expressa pela solidariedade social aliada com a consciência individual ou coletiva. Ele demonstra que os fatos sociais são externos aos indivíduos e que é dentro da sociedade que há formas padronizadas de conduta o que modela o comportamento social do homem formando, assim, a solidariedade mecânica e a orgânica. Esses dois tipos de solidariedade ocorrem sob a forma de um processo de evolução social perpassando inicialmente pela mecânica até chegar à orgânica.

Para esse teórico na solidariedade mecânica os indivíduos partilham uma mesma consciência coletiva ou comum que é:

> O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria (...). Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é por definição, difusa em toda extensão da sociedade. (DÜRKHEIM, 1978, p. 342).

É um tipo de solidariedade que está presente nas sociedades simples ou arcaicas onde há pouca divisão do trabalho e a consciência coletiva abrange a maior parte dos indivíduos havendo, assim, um predomínio do grupo sobre os indivíduos. A solidariedade, por permitir a integração geral da sociedade, apresenta natureza moral; dessa forma, no tipo mecânico de solidariedade a sanção legal predominante é o direito repressivo onde há punição dos indivíduos que não cumprem com a ordem social. Esse tipo de punição está ligado a castigos físicos, perda da honra e privação da liberdade. Isso ocorre porque considera crime "um ato que viola sentimentos universalmente aprovados pelos membros de uma sociedade, e que ofende estados fortes e definidos da consciência coletiva" (DÜRKHEIM, 1978, p. 41).

Com o aumento da diferenciação social e das especializações, denominado por Dürkheim de Divisão Social do Trabalho, as sociedades foram evoluindo de mais simples e tradicionais para complexas e modernas. Nestas, os indivíduos são integrados pela complementaridade de funções, pois, embora tenha sua função específica, depende dos demais dentro da esfera social. Nesse tipo de sociedade a solidariedade predominante é a orgânica onde ocorre a individualização dos seus membros em virtude da especialização dentro da divisão social do trabalho. Essa individualização gera uma necessidade de troca de serviços para o funcionamento do sistema social o que faz com que esse tipo de solidariedade prevaleça nas sociedades complexas do tipo capitalista. O direito predominante na solidariedade orgânica é o restitutivo típico do direito civil, comercial, administrativo, constitucional; é uma sanção reparadora, que restabelece as relações tais quais estas se processavam antes da lei ser violada. Consiste em recompensar o indivíduo de uma falta moral sem ser desonrado perante a sociedade fazendo com que as questões perturbadoras sejam reconhecidas e voltadas ao estado original. O imperativo social dado pela consciência coletiva é enfraquecido nas sociedades de solidariedade orgânica o que leva a uma acentuação da consciência individual podendo ser prejudicial à coesão social. Há de se manter minimamente o vinculo entre as pessoas para garantir a existência da consciência coletiva através da solidariedade social.

Segundo o teórico,

> Para saber o que é objetivamente a divisão do trabalho, não basta desenvolver o conteúdo da ideia que dela temos, mas é preciso tratá-la como um fato objetivo, observar, comparar e veremos que o resultado dessas observações muitas vezes difere daquele que o sentido íntimo nos sugere. (DURKHEIM,1978, p. 9).

Émile Dürkheim (1978), através de conceitos sobre consciência coletiva e divisão social do trabalho, buscou compreender a constituição das organizações sociais dando sentido às ações dos trabalhadores.

1.2 Divisão do trabalho segundo Karl Marx

Karl Marx, desenvolveu o materialismo histórico dialético que é um método de análise do desenvolvimento humano, levando em consideração que o homem se desenvolve a medida que age e transforma a natureza e nesse processo também se modifica. Essa corrente de pensamento destinava-se a todos os homens por denunciar as contradições básicas da sociedade capitalista com base em um ideal revolucionário e uma proposta política prática.

Para esse teórico, os homens estabelecem relações sociais baseadas nas condições materiais de sua existência:

> As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial. (MARX 1985, p.106).

O desenvolvimento das forças produtivas está ligado à transformação de uma sociedade. É na expansão de tais forças que encontraremos as relações de propriedade, distribuição da renda e a formação das classes sociais. As relações sociais de produção dividem a sociedade em dominantes e dominados onde ocorre compra e venda da força do trabalho se configurando sob a forma de um mais valor de modo que quem compra tem acesso a um valor maior que o despendido em sua aquisição. A partir do momento em que o trabalho começa a ser tratado como mercadoria, há uma separação do trabalhador e seu meio de produção alienando o homem por aprisionar e deteriorar a vontade humana tornando-o refém do capital. Diante do trabalho tido como base material se ergue a superestrutura surgindo, a partir daí o Estado para garantir o interesse da classe dominante. Ele, o Estado, na concepção de Marx (1985), foi instituído pela burguesia para garantir seu domínio econômico sobre o proletariado como forma de proteger a propriedade privada.

Para Marx (1985), a divisão do trabalho não está ligada pura e simplesmente ao modo de produção material, ela está relacionada com a dominação da burguesia sobre o proletariado. Segundo ele, a divisão social do trabalho deve ser modificada de modo que não haja a propriedade privada dos meios de produção. A classe subjugada (o proletariado) deve posicionar-se promovendo uma revolução com o objetivo de solucionar as diferenças sociais acabando com a divisão de classes.

1.3 Divisão do trabalho segundo Max Weber

Max Weber (2004) trata da divisão do trabalho ao longo da história e não abordando essa especialidade na sociedade industrial. Para ele a partir da reforma protestante que a divisão do trabalho toma relevância. Será através da Reforma, que o trabalho assumirá verdadeiramente um *status* de importância e contribuirá decisivamente para outra subjetividade manifesta no trabalho. Weber foi quem melhor traduziu o impacto das reformas protestantes, na valorização religiosa do trabalho, em *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (WEBER, 2004). Assim, nas sociedades cujo pano de fundo religioso era o protestantismo cristão, Max Weber pôde identificar elementos que justificassem o desenvolvimento do que ele chamou de "espírito" do capitalismo a partir da ética protestante. Tal ética levava os indivíduos da sociedade a atuarem na divisão social do trabalho de modo a sempre buscarem a acumulação e a eficiência evitando o desperdício. Dessa forma, as sociedades apresentavam um crescimento econômico e desenvolvimento social. A obra desse teórico, não é uma definição conceitual, mas um delineamento provisório com o objetivo de compreender o "espírito" do capitalismo.

Entre as várias citações de Benjamim Franklim contidas no livro *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, o autor exemplifica o espírito do capitalismo além de associar tais citações com Ferdinand Kürnher e através dessas conexões chegar ao conceito de filosofia da avareza onde o homem tem o dever de aumentar o capital de forma honesta; essa filosofia é tida como uma ética particular e constitui o *ethos* do capitalismo. Weber trata do capitalismo da Europa Ocidental e da América do Norte por achar que nas outras formas de capitalismo faltava o *ethos* supracitado. Essa "ética" capitalista acaba por inverter a ordem das coisas fazendo com que o homem deixe de trabalhar para satisfazer suas necessidades materiais tornando o trabalho/profissão uma finalidade de vida ou uma obrigação. Isso torna o capitalismo um cosmos em que o homem se insere desde o nascimento deixando-o preso a uma vida que o que interessa são pura e simplesmente as relações com o capital:

> Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado as normas de ação econômica. (WEBER, 2004, p. 47-48).

Max Weber (2004) critica a posição materialista de Marx quando diz do desenvolvimento do capitalismo mesmo antes de ser legitimado na Nova Inglaterra e em outras regiões da América, argumentando que na posição materialista a relação de causalidade ocorre de modo inverso do que se verificou na Nova Inglaterra quando o espírito do capitalismo foi fundado através de razões religiosas e intelectuais associadas a pequenos burgueses, artesãos e pequenos proprietários. A partir daí, faz uma conexão entre o espírito capitalista e pré-capitalista através da *auri sacra famis* (ambição desmedida) onde o autor diz ter existido em toda história podendo está agregada mais em uma cultura que em outra; fazendo com que esse desejo de lucro indiscriminado levasse o individuo a se adaptar a uma nova ordem econômica baseada no capital. Weber analisa o comportamento econômico por um viés diferente de Marx uma vez que não via importância na luta de classes como meio de transformação da sociedade moderna; ele se utiliza do conceito de burocracia onde seus membros exercem função profissional individualizada, distinta da vida familiar.

A análise da categoria trabalho em Weber está no sentido e na subjetividade do trabalho, visto que é através da exploração da força do trabalho que o individuo é aceito moralmente na sociedade capitalista em que está inserido.

2 Relações entre trabalho e educação

O surgimento da escola tal como a vemos hoje acompanha o advento do capitalismo uma vez que a educação sempre esteve ligada com o modo de produção. Entretanto, inicialmente era destinada a parte da população por estar relacionada apenas ao desenvolvimento do intelecto. A evolução do trabalho foi determinada de modo que o grupo desprovido de propriedade reproduzia suas condições e relações de produções pois as relações de trabalho dava-se de maneira espontânea com os filhos acompanhando os pais durante o trabalho e na vida em comunidade.

Conforme o modo de produção capitalista foi evoluindo, organizando-se e se reestruturando, novas formas de racionalização do trabalho e de vida social foram introduzidas. A difusão de tecnologias produtivas incorpora a ciência à máquina como meio de produção o que fez com que aumentasse a necessidade de trabalho intelectual. Assim a

educação deixa de se destinar apenas aos ricos e passa a ser ofertada para uma parcela maior da sociedade para atender à formação da mão de obra necessária para produção.

As relações que o homem estabelece entre si, a natureza e os meios de produção nos levam a compreender o processo de produção de conhecimento, pois é embasado na atividade prática e na sua relação com o meio que o homem constrói seu conhecimento. Assim, o objetivo do trabalho é a produção dos meios de existência para satisfazer as necessidades do homem no meio em que vive e para tanto, faz-se necessário o aprimoramento do conhecimento. Nesse sentido, a educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais, pois a elas são conferidas funções essenciais para adaptar trabalhadores às mudanças técnicas além de torná-los um potencial agente transformador da sociedade em que vive.

3 Educação profissional como espaço de formação para o trabalho

Desde a criação da escola de Aprendizes e Artífices em 1909, havia a evidência histórica da introdução do trabalho em instituições educacionais. A partir dos anos 1980, final da ditadura militar, houve várias discussões acerca da educação profissional. A promulgação da Constituinte de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996 levou os pesquisadores da área trabalho e educação a contendas sobre o trabalho como sendo alienador ou sendo princípio educativo. Nessa premissa vários autores defenderam a educação não só como fins assistenciais, mas com a formação humana em todos os seus aspectos físico, mental, intelectual, laboral, estético, político combinado com estudo e trabalho. (CIAVATTA, 2008)

Machado (1989) defende a formação de uma escola unitária:

> A proposta de escola unitária do trabalho faz parte da concepção socialista de educação e tem por objetivo o desenvolvimento multilateral do indivíduo. Ela se propõe como escola única, porque, sob a hegemonia do proletariado, o socialismo pretende realizar a emancipação geral; e do trabalho, porque é ele que lhe dá o conteúdo da unificação educacional. Este princípio unitário pressupõe em primeiro lugar, tornar os conhecimentos concretos, vivos e atualizados com o desenvolvimento técnico-científico. Por outro lado, exige a redefinição da relação entre estrutura, conteúdo e métodos numa perspectiva orgânica. Por último, requer que o ensino seja impregnado pelas questões postas pelo quotidiano social. O ensino politécnico é definido como o meio adequado para a operacionalização deste princípio educativo. (MACHADO,1989, p.11)

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Para

Kuenzer e Grabowski (2006), a LDB propõe-se a enfrentar a dimensão que tem estruturado a educação profissional ao longo de sua história enquanto oferta pública: a dualidade estrutural. Para tanto, define a educação em seu conceito mais amplo, admitindo que ela supere os limites da educação escolar, ocorrendo no interior das relações sociais e produtivas; reconhece, pois, as dimensões pedagógicas do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva. Essa concepção incorpora a categoria trabalho, reconhecendo a sua dimensão educativa ao mesmo tempo em que compreende a necessidade da educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Frigotto (2009, p. 170) pretende sinalizar que a polissemia da categoria trabalho resulta de uma construção social e, em nossa sociedade, com o sentido de dominação de classe. Para ele, "[...] o grande desafio é apreender, no tecido social do senso comum, das religiões e das ideias do pensamento e da ciência positivista e pragmática dominante, qual o mosaico de sentidos que assume o trabalho". Frigotto encara o desafio apresentando e analisando as questões com destaque para as categorias trabalho e educação.

Saviani (1986) relaciona o trabalho com o sistema educacional:

> Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho. (SAVIANI, 1986, p. 14).

Saviani (1994) reitera a relação entre trabalho e educação:

> Em suma, pode-se afirmar que o trabalho foi, é e continuará sendo o princípio educativo do sistema de ensino em seu conjunto. Determinou o seu surgimento sobre a base da escola primária, o seu desenvolvimento e diversificação e tende a determinar, no contexto das tecnologias avançadas, a sua unificação. (SAVIANI, 1994, p. 161).

Para Marx (1979) a afirmação trabalho como princípio educativo remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos tradicionais e excludentes estão voltados à concentração de renda e submissão à divisão do trabalho o que promove o arruinamento da força de trabalho potencializando o individualismo e a destruição dos valores sociais. Através da ação educativa os indivíduos devem compreender, vivenciando e construído sua formação, que o trabalho é um direito de todo cidadão e uma obrigação coletiva, pois é a partir da produção que se transforma a existência humana. O mundo do trabalho necessita de indivíduos atuantes em um ambiente de produção do conhecimento. Para tanto, precisa-se promover um pensamento crítico sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais de modo que eles compreendam o papel da categoria trabalho ao longo da história para só então contribuir na efetivação de novos padrões, na construção do conhecimento da ciência, tecnologia e inovação, voltados para os interesses sociais e coletivos.

É fundamental que a educação profissional esteja estruturada a partir da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura com o objetivo de uma formação humana integral. Os educadores e pesquisadores têm lutado para que o processo de formação seja além das demandas capitalistas. Nesse sentido, alguns questionamentos ficam em aberto para reflexão: A Educação Profissional pressupõe a inserção dos indivíduos no mundo do trabalho na sociedade, mas, estariam todos os agentes sociais falando a mesma coisa? O trabalho que é (ou deveria ser) parte do projeto de vida dos indivíduos em formação e, portanto, pretendido na inserção no mundo social é concebido da mesma forma no mundo social que o aguarda? De que é composta cada uma das expectativas em relação ao trabalho?

A educação profissional no Brasil passa por uma reestruturação, resultado de mudanças de configuração no sistema político, econômico e social que vem desde a década de trinta com a Revolução Industrial até os dias correntes com inserção de novas tecnologias e diferentes formas de gestão. Diante disso, há uma necessidade de maior qualificação para o trabalho, além de uma educação que abarque uma formação humana não só reprodutora de técnica, mas com consciência crítica que seja capaz de agir de forma transformadora que pressuponha a integração do trabalho da política e da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96. Brasília: 1996.

CIAVATTA, M.. Trabalho como princípio educativo. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: ESPJV, 2008.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social.* São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1978

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das idéias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, Campinas: Autores Associados, 2009.

KUENZER, A. Z. ; GRABOWSKI, G. *Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho.* Perspectiva (Florianópolis), v. 24, p. 297-318, 2006.

MACHADO, L. R.S. *Politecnia, escola unitária e trabalho.* São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARX, K. *Teorias da mais-valia*: história crítica do pensamento econômico. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. *O capital*: a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I. 1983.

MARX; ENGELS. *A ideologia alemã* (Feurbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

SAVIANI, D. *O nó do ensino de 2º grau.* Bimestre, São Paulo: MEC/INEP; CENAFOR, n. 1, 1986.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso João *et al*. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

WEBER, M. *A ética e o espírito do capitalismo.* 2ª edição revisada. São Paulo: Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.